

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência e/ou compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental abaixo identificada:

1) Tipo de solicitação: Licença Ambiental Simplificada – LAS Cadastro; Empreendimento: Auto Posto Alvorada de Carangola Ltda EPP (CNPJ 17.890.822/0001-98), Atividade Principal: Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Município: Carangola/MG, Protocolo nº 80515992/2018, Válida até 14/05/2028– Para: Posto das Colinas Ltda (CNPJ 53.215.407/0001-00).

(a) Dorgival da Silva  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

04 1924479 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Município de Itutinga - Nova ETE Bairro Rosário, Estação de tratamento de esgoto sanitário, Itutinga/MG, PA nº 555/2024, Classe 2. 2) Município de São José da Barra, Distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística, São José da Barra/MG, PA nº 556/2024, Classe 2.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1. Mineração Ipiranga Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Cachoeira de Minas e Pouso Alegre/MG, Processo nº 2547/2023. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1. Carvão Sul Comércio e Transportadora Ltda., Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados, Illicinea/MG, Processo nº 2455/2023, classe 2, Motivo: Insuficiência técnica.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna pública a revogação da Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS CADASTRO - Licença Ambiental Simplificada: \*Mineração Marcílio e Santos Ltda. - Jusante do Sítio Sto. Expedito, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Inconfidentes/MG, Processo nº 1056/2023. Classe 2. Motivo: Perda do objeto.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

04 1924550 - 1

Pauta da 157ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada da Zona da Mata (URC ZM) do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam.

Data: 17 de abril de 2024, às 14h.  
Endereço virtual da reunião:  
https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w

1. Abertura pelo Presidente da Unidade Regional Colegiada Zona da Mata (URC ZM).

2. Execução do Hino Nacional Brasileiro.

3. Comunicado dos Conselheiros.

4. Comunicado da Secretaria Executiva.

5. Exame da Ata da 156ª RO de 28/02/2024.

6. Processos Administrativos para exame de requerimento para Intervenção Ambiental e aprovação de compensação decorrente da supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do bioma Mata Atlântica localizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, não vinculados ao Licenciamento Ambiental:

6.1 Cemig Distribuição S.A. - Linha de Distribuição Barroso 3 - Puiatti, 138 kV - Barroso e Dolores de Campos/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0026559/2023-34 - Tipos de Intervenções: Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 0,7572 ha - Área Passível de Aprovação: 0,7572 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 0,1451 ha - Área Passível de Aprovação: 0,1451 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio; Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida: 2,2339 ha e supressão de 68 árvores - Área Passível de Aprovação: 2,2339 ha e supressão de 68 árvores. Fitofisionomia: Pastagem. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio Centro Sul.

6.2 Cemig Distribuição S.A. - Implantação de Linha de Distribuição Além Paraíba - Volta Grande 1, 138 kV - Além Paraíba e Volta Grande/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0016424/2023-42 - Tipos de Intervenções: Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 0,7572 ha - Área Passível de Aprovação: 0,7572 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 4,5099 ha - Área Passível de Aprovação: 4,5099 ha. Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida: 12,6108 ha e supressão de 663 árvores - Área Passível de Aprovação: 12,6108 ha. e supressão de 663 árvores. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio Mata.

6.3 Município de Olaria - Olaria/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0042877/2022-25 - Tipos de Intervenções: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 0,0459 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0459 ha; Intervenção de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 0,2700 ha - Área Passível de Aprovação: 0,2700 ha; Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida: 0,0468 ha. e supressão de 52 árvores - Área Passível de Aprovação: 0,0468 ha. e supressão de 52 árvores. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. Apresentação: URFBio Mata.

7. Assuntos gerais.

8. Encerramento.

Leonardo Monteiro Rodrigues  
Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da Unidade Regional Colegiada Zona da Mata

04 1924188 - 1

A Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Arrow Transportes e Logística Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Belo Horizonte/MG, Processo nº 429/2024. 2) Pirapama Condimentos Elói Dias Ltda., fabricação de vinagre, conservas e condimentos, Sete Lagoas/MG, Processo nº 542/2024.

(a) Thaís de Freitas Valério  
Designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 01/04/2024 a 09/04/2024

O Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam torna públicas as DECISÕES deliberadas na 45ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana, realizada remotamente, via videoconferência com transmissão ao vivo pelo endereço virtual: https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w, no dia 03 de abril de 2024, às 9h, a saber: 5. Exame da Ata da 44ª RO de 06/03/2024. APROVADA. 6. Processo Administrativo para exame de requerimento para Intervenção Ambiental e aprovação de compensação decorrente da supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do bioma Mata Atlântica localizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, não vinculado ao Licenciamento Ambiental: 6.1 Terral Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Melhoria de acesso ao Condomínio Paragem do Tripuí - Rodovia BR 356 - Km 68,8 - Distrito de Amarantina - Ouro Preto/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0025393/2023-88 - Tipos de Intervenções: Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 0,0747 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0747 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Inicial e Médio; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 0,0238 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0238 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio; Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 0,0853 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0853 ha. Fitofisionomia: Não se aplica. Estágio de regeneração: Não se aplica; Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida: 0,1313 ha - Área Passível de Aprovação: 0,1313 ha. Fitofisionomia: Pastagem. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Centro Sul. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 03 (TRÊS) ANOS. 7. Processos Administrativos para exame de recurso ao indeferimento de processo de regularização ambiental: 7.1 GBR Empreendimentos e Participações Ltda./Condomínio Estância do Campo I e II - Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares - Fumilândia/MG - Licença Ambiental Simplificada/Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS) - PA/SLA/Nº 1255/2022 - Classe 2. Apresentação: URA CM. INDEFERIDO. 7.2 Condomínio Portal Sul - Atividades e empreendimentos residenciais multifamiliar, comerciais ou industriais previstos no art. 4º-B, da Lei Estadual 15.979 de 2006, desde que sujeitos ao licenciamento ambiental estadual nos termos da Deliberação Normativa Copam nº 222, de 23 de maio de 2018 - Belo Horizonte/MG - Licença Ambiental Simplificada/Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS) - PA/Nº 57838383/2019 - PA/SEI/Nº 1370.01.0041297/2020-75 - Classe 4. Apresentação: URA CM. RETIRADO DE PAUTA. 8. Processo Administrativo para exame de recurso ao arquivamento de processo de regularização ambiental: 8.1 Green Metals Soluções Ambientais S.A./Mina da Baixada - Lavra a céu aberto - minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco; pilhas de rejeito/estéril - minério de ferro; postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação; disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração e reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito - Belo Vale/MG - Licença de Operação Corretiva - PA/Nº 27249/2017/001/2018 - PA/SEI/Nº 1370.01.0051106/2021-39 - Classe 6. Apresentação: URA CM. INDEFERIDO.

(a) Liana Notari Pasqualini  
Presidente Suplente da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana

04 1924449 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba torna público foi REQUERIDA a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) Mineração Vale do Rio Paranaíba - ANM 830.211/2011, Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho; extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil; extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Abadia dos Dourados/MG, PA nº. 553/2024, Classe 3.

(a) Ildio Lopes Mundim Filho  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba.

04 1924500 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas, em virtude de decisão judicial que deferiu a suspensão dos efeitos da tutela provisória proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 5000650-20.2024.8.13.0054, torna sem efeito a decisão administrativa que determinou a imediata cessação dos efeitos da Licença Ambiental “Certificada nº 2803, deferida ao empreendimento CDB CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE BARÃO LTDA., situado na Fazenda Corrêgo São Miguel, s/n, Município de Barão de Cocais/MG, para a atividade de “terminal de minério”. Por conseguinte, torna sem efeito a publicação de cessação dos efeitos da Licença Ambiental abaixo identificada: - LAC 1 (LP+LI+LO). CDB Centro de Distribuição de Barão Ltda., Terminal de minério, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação Barão de Cocais/MG, PA/Nº 2803/2022, do dia 16 de março de 2024, pag. 10, 3ª coluna, Caderno Diário do Executivo, do Jornal “Minas Gerais”.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Leste Mineiro

04 1924552 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS/RAS: 1) Rima Industrial S/A - Forno III, Produção de ligas metálicas (ferroligas), silício metálico e outras ligas a base de silício, aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração e jateamento e pintura - Várzea da Palma/MG - PA/nº 1287/2023, Classe 3. Motivo: Devido à falta de previsibilidade legal em regularizar a ampliação do forno 03 que não possui regularização ambiental conforme Parecer nº 26/FEAM/URA NM - CAT/2024.

(a) Mônica Veloso de Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

04 1924626 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

• Armando Barreto Carneiro – Fazenda Minas Gerais – Suinocultura – Carandai/MG – Solicitação SLA nº 2021.04.04.003.0006684 – Classe 4 – TAC nº 85557503. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data: 04/04/2024. Processo SEI nº 2090.01.0006660/2024-83.

(a) Dorgival da Silva  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

04 1924633 - 1

## Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Cerh-MG

DELIBERAÇÃO CERH-MG Nº 581, DE 3 DE ABRIL 2024.

Altera a Deliberação nº 569, de 12 de março de 2024, que Altera a Deliberação CERH-MG nº 544, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Câmara Técnica Especializada de Planejamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, por o mandato 2023-2025.

O SECRETARIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E SECRETARIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, o art. 15 do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 26, de 31 de janeiro de 2024,

DELIBERA:

Art. 1º – O artigo 1º da Deliberação CERH-MG nº 569, de 12 de março de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – O item I da alínea “c” do inciso I do art. 2º da Deliberação CERH-MG nº 544, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º – (...)

1 – (...)

1 – Titular: Fredy Willian de Sales de Souza;.”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 14 de março de 2024.

Belo Horizonte, 3 de abril de 2024.

LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

04 1924284 - 1

## Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

Presidente: Rodrigo Gonçalves Franco

EXTRATO DE DECISÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE FECHEAMENTO DE MINA

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 10 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, e as diretrizes e procedimentos estabelecidos pela Deliberação Normativa COPAM 220, de 21 de março de 2018, e pela Instrução de Serviço SISEMA 07/2018, torna público a aprovação dos Processos Administrativos de Fechamento de Mina abaixo relacionados:

\*Gilson César Guimarães; CPF:297.xxx.xxx-91; Araçuaí/MG;Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento; Poligonal ANM:830.067/2004; PA Copam-9965/2007/0001/2008- Classe 1; Processo SEI nº2090.01.0005131/2020-56.

\*Clériston José dos Santos Rocha; CNPJ:22.768.495/0001-36;Turmalina/MG;Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil; Poligonal ANM:833.425/2011; PA Copam nº22047/2011/002/2018- Classe 1; Processo SEI nº2090.01.0003447/2020-31.

\*Construtora Apia – Cascalheira na Fazenda Retiro; CNPJ:17.155.391/0001-16; Delfinópolis/MG;Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d’água e demais coleções hídricas;Processo de Dispensa de Título Minerário nº 48054.933781/2020-73; Processo SLA: nº 4880/2020 - Classe 2;Processo SEI nº2090.01.0004037/2021-06.

\*Cerâmica Progresso Ltda; CNPJ: 13.726.108/0001-08;Leopoldina/MG; Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha; PoligonalANM: 832.681/2016;Processo Copam: 18718/2012/001/2018 - Classe 1; Processo SEI nº2090.01.0002691/2022-67.

\*Prefeitura de Luminárias - Cascalheira na Fazenda Chibante;CNPJ:18.244.301/0001-26; Luminárias/MG; Extração de cascalho para correções de erosões em via pública; Sem regularização ambiental - Classe 1; Processo SEI nº 2090.01.0003549/2022-84.

\*Mineira Indústria Cerâmica Ltda; CNPJ: 25.783.341/0001-01; Coromandel/MG; Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha; Poligonal ANM: 835.053/2007; Processo

## Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

PORTARIA IGAM Nº 08, DE 02 DE ABRIL 2024.

Declara como Área de Restrição e Controle em Avaliação a porção hidrográfica localizada na Bacia Hidrográfica do rio Paracatu.

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 12 da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e pelo Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, com base no disposto na Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 13.771, de 11 de dezembro de 2000, no Decreto nº 41.578, de 08 de março de 2001, e na Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e

Considerando a Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH/MG nº 05, de 14 de setembro de 2017, que estabelece diretrizes e procedimentos para a definição de áreas de restrição e controle do uso das águas subterrâneas;

Considerando a Deliberação Normativa CERH-MG nº 76, de 19 de abril de 2022, que define os critérios para a regularização do uso de água subterrânea nas Circunscrições Hidrográficas do Estado de Minas Gerais;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica declarada como Área de Restrição e Controle em Avaliação na porção hidrográfica localizada na Bacia Hidrográfica do rio Paracatu, nos termos do § 1º do art. 6º da Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH/MG nº 05, de 2017.

Parágrafo único – A declaração de Área de Restrição e Controle em Avaliação na porção hidrográfica a que se refere o caput justifica-se pelo comprometimento acima de 75% do Recurso Potencial Explotável, conforme previsto no inciso III do § 2º do art. 3º da Deliberação Normativa CERH-MG nº 76/2022.

Art. 2º – Em razão do estabelecimento da Área de Restrição e Controle em Avaliação na porção hidrográfica localizada na Bacia Hidrográfica do rio Paracatu, por comprometimento do RPE acima do patamar de 75%, e conforme o disposto no art. 3º da Deliberação Normativa CERH-MG nº 76, de 2022, as intervenções realizadas por meio de poços tubulares profundos, localizadas na área supramencionada, serão regularizadas por meio de processos único de outorga.

Art. 3º – As outorgas de direito de uso dos recursos hídricos individuais existentes na Área de Restrição e Controle em Avaliação serão incluídas em portaria única de outorga provisória, com prazo máximo de um ano de vigência.

§1º – No prazo que trata o caput, novas intervenções em recursos hídricos subterrâneos, realizadas por meio de poços tubulares profundos, poderão ser regularizadas a partir da retificação da portaria provisória única, mantendo a sua vigência, desde que formalizadas até 90 dias antes do vencimento da portaria provisória única.

1 - Atingido o limite de 100% do RPE, será permitida a regularização de poços tubulares profundos que comprovarem que foram perfurados até a data de publicação desta portaria.

II - Estarão aptos à regularização os poços tubulares profundos não perfurados até a data de publicação desta portaria, mas que possuem autorização de perfuração vigente na data de publicação desta portaria.

§2º – Ao final do prazo que trata o caput, o Igam publicará portaria de outorga definitiva, ressalvados os casos quando o comprometimento do RPE for superior ao limite de 100%.

§3º – Nos casos em que o comprometimento do RPE for superior ao limite de 100% os usuários deverão apresentar, no prazo que trata o caput, uma das propostas:

I - alocação negociada de recursos hídricos, por meio de formalização de processo de renovação, cumulado com o pedido de retificação, nos termos do § 2º, Art. 11º, do Decreto Estadual nº 47.705, de 04 de setembro de 2019.

II - estudo hidrogeológico, por meio da formalização de processo de renovação, cumulado com pedido de retificação do modo de uso para pesquisa hidrogeológica.

Art. 4º – Após a publicação da portaria de que trata o §2º do art. 3º desta portaria, novas intervenções em recursos hídricos subterrâneos, realizadas por meio de poços tubulares profundos, dentro de sua delimitação poderão ser autorizadas a partir da retificação da portaria única de outorga até o alcance do limite de 100% do RPE.

§1º – O disposto no caput não se aplica às autorizações concedidas para os usos isentos e considerados insignificantes.

§2º – Para a regularização de novos usuários em áreas com comprometimento superior a 100% do RPE, o disposto no caput se aplica às novas intervenções no âmbito de um termo de alocação negociada, sob ajustes nos volumes outorgados para os usuários já contemplados na referida portaria, de maneira que a entrada das novas intervenções não implique no comprometimento do RPE acima do limite de 100%.

Art. 5º – Após a formalização de que trata o §3º do art. 3º desta portaria, fica temporariamente proibidas novas intervenções em água subterrânea, realizadas por meio de poços tubulares profundos, dentro de sua delimitação, ressalvadas aquelas cujas finalidades sejam de monitoramento ou de abastecimento público.

Parágrafo único – O disposto no caput não se aplica às autorizações concedidas para os usos isentos e considerados insignificantes.

Art. 6º – Fica facultada a apresentação, no âmbito do processo único de outorga, de pesquisa hidrogeológica, conforme termo de referência disponibilizado no site do Igam.

Parágrafo único – Se a pesquisa hidrogeológica for validada pelo Igam e mostrar um RPE de maior valor, será realizada a sua atualização nos termos do inciso V, alínea a da DN CERH 76/2023.

Art. 7º – A delimitação da porção hidrográfica declarada como Área de Restrição e Controle em Avaliação subterrânea encontra-se disponível na plataforma IDE-Sisema.

Art. 8º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2024.

Marcelo da Fonseca  
Diretor Geral do IGAM

ANEXO I

Declara como Área de Restrição e Controle em Avaliação a porção hidrográfica localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu, referente à ottobacia nº 748649, a qual abrange, parcialmente, o município de Unai.

Ottobacia	Área total (km²)	Município abrangido	% de comprometimento do RPE
748649	125,71	Unai	218,31

ANEXO II

Declara como Área de Restrição e Controle em Avaliação a porção hidrográfica localizada na Bacia Hidrográfica do rio Paracatu, referente à ottobacia nº 748643, a qual abrange, parcialmente, o município de Unai.

Ottobacia	Área total (km²)	Município abrangido	% de comprometimento do RPE
748643	143,92	Unai	94,20



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202404042357040110.